



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11447 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

INFÂNCIA NO MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL: A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS PEQUENAS NA DÉCADA DE 1970

Magda Carmelita Sarat Oliveira - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES PNPd

INFÂNCIA NO MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL: A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS PEQUENAS NA DÉCADA DE 1970

Ao nos referirmos as crianças pequenas estamos falando de meninos e meninas menores de cinco anos, que atualmente estão na educação infantil. No entanto, nas legislações anteriores o atendimento às crianças tinha outras denominações, jardim de infância, “pré-primário”, atendendo crianças menores de 07 anos e demonstrando que a história da educação da criança no Brasil é recente, se transformou ao longo dos anos em vários aspectos, não somente na faixa etária, mas nas nomenclaturas que as define.

Este trabalho resultado de uma pesquisa concluída em programas de pós-graduação da região Centro Oeste, (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) buscou analisar, a partir de fontes documentais, bibliografia produzida sobre a temática (na região) e a legislação educativa de determinado período, como se estabeleceu a organização da educação das crianças pequenas nos estados de Mato Grosso (Mato Grosso do Sul) especialmente na década de 1970. A pesquisa localiza-se no âmbito dos estudos de história da educação, mas está ligada ao interesse da educação da criança de 0 a 6 anos pois, pretende compreender como se deu o atendimento na região, os modos como lidamos com a infância e a maneira como reverberou a legislação educativa na organização dos espaços das instituições e na formação de docentes para atender este nível de educação.

Assim, após um levantamento bibliográfico nas pesquisas já realizadas no estado, percebemos a ausência e a urgente necessidade de investigação sobre a gênese do atendimento à educação

das crianças, pois a bibliografia nos informou que embora tenhamos fontes, as investigações no campo história da infância e do atendimento são escassas. Portanto, é necessário o debate a ser feito no grupo de pesquisa da educação da criança de 0 a 6 anos por tratar-se do contexto do atendimento à infância e a educação em todas as perspectivas. Para tanto, as leituras indicaram que a gênese da história da educação da criança no estado de Mato Grosso, data do início do século XX, a partir de iniciativas religiosas marcadas pela catequese à infância autóctone, conforme expressa uma das fontes documentais na imagem do Álbum Graphico de Matto Grosso (AYALA; SIMON, 1914, p. 213) o “jardim de infância no sertão”, referindo se as crianças indígenas atendidas por religiosos da missão salesiana, entretanto com objetivos de catequese dessas populações muito aquém do que seria papel de um jardim de infância ou de algum tipo de educação específico para as crianças.

Neste período, temos uma tentativa de o Estado legislar sobre a educação das crianças na criação de um jardim de infância em 1910 por ocasião da primeira Lei nº 533, de 4 de julho de 1910 que reorganizou a Instrução Pública e preconizava a construção de um jardim de infância junto à Escola Normal no seu Art.1º, cria uma “Escola Normal Mista, tendo por dependência um grupo escolar modelo, de instrução primária, e um jardim da infância para meninos e meninas de 3 a 6 anos de idade” (MATO GROSSO, 1910, s/p.), porém, tal projeto nunca foi executado na prática, demonstrando o descaso com o atendimento à educação dos pequenos. Em meados do século XX outras ações pesquisadas por (SILVA; ROSA, 2001) indicam a criação de instituições de atendimento à infância representadas pelo Lar Santa Rosa em Corumbá/MS (1963), e o Lar Santa Rita em Dourados/MS (1965), ambos voltados crianças com história de abandono. As mesmas autoras investigaram ainda, a trajetória de um projeto criado no Estado na década de 1970, intitulado Casa-Escola Infantil do Bom Senso, iniciativa estatal a qual nos debruçaremos neste trabalho, pois foi parte das ações de atendimento no período investigado.

Tais iniciativas, à princípio fazem parte de um crescimento que atravessa o país em função do chamado ‘milagre econômico’ produzido na Ditadura Cívico Militar. De de um lado as mulheres pobres que estão no mercado de trabalho começam a lutar por formas de organização social e reordenamento dos movimentos sociais, e da sociedade civil, ainda que com muita repressão, reivindicam creches e pré-escolas devido à alta demanda por vagas. Resultado disso, temos no período a implantação de programas de caráter compensatório e assistencial existentes desde a década de 1950 com a criação das Legião Brasileira de Assistência. Tais projetos feitos com baixo custo e poucos investimentos, como exemplo: Projeto Casulo, os Clube de Mães, Creches Domiciliares, ações que se apresentam no país, e no estado de Mato Grosso (ROSEMBERG, 2006; RODRIGUES, 2019; MONTIEL, 2019). Em contexto mais amplo este processo reverbera no país e leva a mudanças e se intensifica com a promulgação das leis da educação, especialmente a Lei 5692/71 embora, especificamente não contemple a criança e seu atendimento, no Estado de MT e MS - período pesquisado- vai ser fundamental pois obrigou o estado a organizar sua educação. A chamada educação pré-primária passou a figurar nos projetos das escolas construídas em acordo com a

obrigatoriedade da legislação. No Mato Grosso Uno na década de 1970, a lei marca os projetos implantados no estado. Portanto, analisamos nas fontes documentais- representada pelas mensagens enviadas a Assembleia Legislativa pelo então governador Pedro Pedrossian a proposta de criação dos Centros Educacionais. Nas mensagens estava registrado o funcionamento, a organização e a estrutura deste Pré-Primário; além disso, analisamos a chamada Casas Escola O Infantil do Bom Senso, representando um atendimento ao pré-primário, em alguns casos, funcionava nas dependências físicas dos Centros Educacionais. A legislação e a documentação especificavam: organização física, geográfica, arquitetônica, o funcionamento e os recursos humanos destes projetos.

O projeto dos Centros Educacionais foram criados no governo de Pedro Pedrossian, por meio do Decreto nº 1.069 de 26 de janeiro de 1970 respeitando três modelos de atendimento em diversas cidades do Estado, inicialmente os seguintes municípios: a) Coxim, categoria I; b) Aquidauana, Cáceres, Ponta Porã e Três Lagoas, categoria II, c) Cuiabá, Campo Grande, Corumbá, categoria III. Depois se ampliou para outros lugares trataremos no texto completo. Percebe-se em todas as categorias sendo contemplado o ensino pré-primário. As categorias tinham a ver com o tamanho de cada unidade, número de salas, arquitetura, infraestrutura e recursos humanos eram diferenciados. Além disso, outras motivações foram consideradas para a abertura deste projeto como o documento indica: “[...] as construções escolares foram locadas levando-se em consideração os índices de déficit escolar local” assim, seriam construídos em localidades mais carentes de escolas e instituições. Nos documentos as edificações, segundo seus idealizadores, faziam parte de um plano inovador de construções escolares: “Dentro do plano de construções escolares destaca-se o projeto dos Centros Educacionais” (MATO GROSSO, Mensagem, 1971, s/p), os registros evidenciam esse caráter da política arquitetônica, vista como modelo inovador para o período, informando que a estrutura era compatível com as mudanças, e se buscava um símbolo de modernidade. No entanto, ao analisarmos este aspecto percebemos que foi uma política de poucos investimentos em recursos humanos e formação docente, perspectiva a ser analisada posteriormente no texto.

Sobre o outro projeto destacamos as Casa-Escola Infantil do Bom Senso, estas poderiam funcionar nos Centros Educacionais por meio “[...] de um modelo comum e assumiriam a proposta de ser escolas-modelo para a implantação da Lei nº 5.692/71 no estado de Mato Grosso” (SILVA; ROSA, 2001, p. 240). Tal projeto foi implantado em municípios como Cuiabá, Campo Grande, Aquidauana, Dourados e Corumbá por meio do Decreto nº 2328, 05/12/1974, que em seu Artigo 1º- Ficam criadas as Casas Escolas “O Infantil do Bom Senso, com sede no município de Cuiabá, Campo Grande, Corumbá, Aquidauana e Dourados. E no § Único- Cada Curso receberá o nome específico de “Casa-Escola – O Infantil do Bom Senso”. Ambas as iniciativas ligadas ao poder estatal e, posteriormente, no Artigo 2º - Compete a Secretaria de Educação e Cultura a colocação do pessoal e dos recursos necessários ao funcionamento das Escolas nos Moldes do Sistema Estadual de Ensino. (DIARIO OFICIAL, Decreto nº 2328, 05/12/1974, p.2). O projeto teve uma peculiaridade interessante quanto a

proposta pedagógica pois esta tinha o método montessoriano no atendimento, conforme Silva e Rosa (2001, p. 240), “[...] para que o projeto começasse a funcionar foram considerados três requisitos básicos: a estruturação do espaço físico, a formação das professoras e a dotação de materiais para as escolas”. Tal investimento foi importante, se considerarmos que tal proposta pedagógica em geral se estende as escolas privadas, por tratar-se de um custo muito alto em materiais na organização dos espaços físicos específicos. Para seu funcionamento, os professores da Organização Brasileira de Atividades Pedagógicas – Obrape que mantinham educandários montessorianos foram convidados pela Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso “para organizar e montar a primeira escola, em Cuiabá” (RIO DE JANEIRO. *JORNAL DO BRASIL*, 1972, Edição 282, 1º Caderno- Ensino, p. 15) o que demonstra o interesse em investir nessa educação, embora ela tenha atingidos somente alguns municípios do estado, além da capital Cuiabá, somente os quatro mais populosos e centrais. De qualquer modo, a pesquisa permitiu se debruçar nas duas experiências analisadas à luz da documentação, e dos referenciais da história da infância levou a pensar o atendimento da criança na região. Concluindo parcialmente, tais experiências educativas foram fundamentais e marcaram a gênese da educação das crianças menores no Estado de Mato Grosso, permitindo avaliar a forma como este espaço do atendimento se organizou e dando pistas para entendermos os processos que vivenciamos na atualidade, e como este nível de educação tem se constituído.

Palavras-chave: História da Educação - Mato Grosso - Educação Infantil - Legislação.

REFERÊNCIAS

AYALA, S.C.; SIMON, F. **Album Graphico de Matto Grosso**. Alemanha, 1914.

DIÁRIO OFICIAL DE MATO GROSSO. **Decreto nº 2328**, 05 de dezembro de 1974.
Disponível em: <https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/5918/#/p:1/e:5918>.
Acesso em: 25 de julho de 2022.

_____. **Decreto nº 1069**, de 29 de janeiro de 1970. Disponível em:
<https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/4733/#/p:1/e:4733>. Acesso em: 25 de julho de 2022.

_____. **Mensagem proferida pelo governador Pedro Pedrossiam** à Assembléia Legislativa. 1971. Arquivo Público de Mato Grosso.

_____. **O Estado de Mato Grosso**. Edição 6269, 05 de maio de 1972.

_____. **O Estado de Mato Grosso**. Edição 6278, 15 de maio de 1972.

MONTIEL, Larissa Wayhs Trein **Da assistência à educação infantil: a transição do atendimento à infância no município de Naviraí - MS (1995-2005)**

Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados/MS, 2019, 233p.

RIO DE JANEIRO. **Jornal do Brasil**. Edição 282. 1º Caderno Especial-Ensino, 1972.

ROSEMBERG, Flúvia. A LBA – o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, C. M. **História social da infância no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 141-162.

RODRIGUES, Giseli Tavares de Souza. **História do Clube de Mães e as origens do atendimento à criança pequena em Naviraí – (MS) (1970-1990)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados/MS, 2019, 172p.

SILVA, Anamaria Santana da; ROSA, Mariete Félix. Recordando e Colando: as origens da educação infantil em MS. In: MONARCHA, Carlos (Org.). **Educação da infância brasileira: 1875 -1983**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 233-270.